

INCLUSÃO DOS SURDOS NAS SÉRIES INICIAIS

INCLUSION OF DEAF IN THE EARLY GRADES

ESTEPHANY COSTA SILVA¹, LETÍCIA BATISTA MESQUITA², VITORIA MENDES VIEIRA³, ISRAEL SERIQUE DOS SANTOS⁴

RESUMO

O presente artigo analisa como se tem dado o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular. Busca-se compreender as dificuldades encontradas pelos professores e pelos próprios alunos para a manutenção e comunicação em sala de aula. Há de se falar, o processo de inclusão social e não só da família. Outro ponto importante que merece destaque é a utilização da língua de Libras, também conhecida como língua de sinais, bem como a função do intérprete de aula, trabalhando paralelamente ao professor. O tipo de pesquisa utilizado é o de revisão bibliográfica onde são pesquisados os posicionamentos de diversos autores que explicam conceitos pertinentes ao assunto abordado. Por meio da pesquisa realizada percebeu-se que o aluno surdo deve ser inserido com cuidado dentro da sala de aula, restando clara a importância do intérprete de Libras trabalhando juntamente com o professor para manter comunicação facilitada, tanto com o próprio professor, quanto com os colegas.

Palavras-chave: Surdo. Aprendizagem. Ensino Regular. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This article analyzes how the process of inclusion of deaf students in regular education has taken place. It seeks to understand the difficulties encountered by teachers and students in terms of maintenance and communication in the classroom. We have to talk about the process of social inclusion and not just the family. Another important point that deserves to be highlighted is the use of the Libras language, also known as sign language, as well as the role of the class interpreter, working in parallel with the teacher. The type of research used is the bibliographic review, where the positions of several authors that explain concepts relevant to the topic addressed are researched. The research carried out showed that the deaf student must be carefully inserted into the classroom, making clear the importance of the Libras interpreter working together with the teacher to maintain facilitated communication, both with the teacher and with the colleagues

Keywords: Deaf. Learning. Regular education. Inclusive education.

¹Graduanda em Pedagogia na Faculdade Unidade de Campinas – FacUnicamps: e-mail: silvaestephany27@gmail.com

²Graduanda em Pedagogia na Faculdade Unidade de Campinas – FacUnicamps: e-mail: pedagogaleticia@gmail.com

³Graduanda em Pedagogia na Faculdade Unidade de Campinas – FacUnicamps: e-mail: vitoriamendes5000@gmail.com

⁴ Orientador. Docente no curso de Pedagogia na Faculdade Unidade de Campinas – FacUnicamps: e-mail: israelserique@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Algumas das deficiências sensoriais são a auditiva e a visual, conforme dispõe o Decreto nº 5.296/04, tendo em vista a necessidade de atendimento prioritário, já que possuem limitações ou incapacidade para o desempenho de atividades (BRASIL, 2004).

A deficiência auditiva consiste na perda total ou parcial da capacidade ouvir, podendo ser dividida em perda do tipo condutivo (geralmente em grau leve ou moderado, podendo ser tratados ou submetido a procedimento cirúrgico); perda do tipo neuro-sensitivo (proveniente de danos ocasionados pelas células sensoriais auditivas ou no nervo auditivo, podendo ser leve, moderada, severa ou profunda); a do tipo misto (consiste na associação dos dois tipos anteriores o condutivo e o neuro-sensitivo); e do tipo neural (sendo geralmente profunda e permanente) (DAMÁZIO *et al.*, 2010).

Nesse sentido, pretende-se expor a educação inclusiva frente à oportunidade trazida pelo gerenciamento de alunos surdos nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Conforme o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, a escola deve estimular o aluno a ir além do que já sabe, ensinando-o a superar o senso comum, tornando-o apto a distinguir o que estuda com o conhecimento anteriormente agregado, o que também deve ser adaptado ao aluno surdo (WITKOSKI, 2017).

o presente trabalho busca tratar da inserção do aluno surdo em sala de aula. o objetivo geral é compreender quais são as dificuldades encontradas durante o processo de inclusão do aluno surdo. Já os objetivos específicos são: entender como funciona a educação de surdos; explicar qual é o tipo de capacitação necessária aos profissionais que atuam com alunos surdos; e destrinchar o processo educativo do aluno surdo junto ao intérprete de libras dentro de sala de aula.

O desenvolvimento deste trabalho é essencial, pois o aluno surdo precisa ter seus direitos efetivados quando se trata do seu processo de educação. É natural que ele, como qualquer outro aluno, precise de auxílio para aprender a se relacionar tanto com outras pessoas surdas, como aquelas que têm audição normal. Há que falar ainda, que a pesquisa ajuda inclusive a verificar se os profissionais estão realmente se adequando às dificuldades encontradas, bem como trazer conteúdo para aqueles que querem se capacitar da forma ideal, mas desconhecem como fazer isso.

O tipo de pesquisa utilizado é o de Revisão Bibliográfica onde são pesquisados os posicionamentos de diversos autores que explicam conceitos pertinentes ao assunto abordado. Fundamenta-se o presente trabalho nos posicionamentos de autores como: Damázio (2010),

Pacheco (2007), Ferreira (2005), Andreis-Witkoski (2017), Gesser (2009), Lacerda (2002 e 2006).

Segue-se assim, a seguinte estrutura: 1 – Educação de surdos abrangendo neste primeiro capítulo, políticas, escola e família; 2 – A importância da capacitação dos profissionais que atuam com os surdos; 3 – O processo educativo do aluno surdo, envolvendo a relevância do acompanhamento do intérprete durante todo tempo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação De Surdos

2.1.1 As Políticas de Educação e a Questão da Surdez

Pode-se contar com o ganho de políticas públicas de educação de surdo há alguns anos. Foram organizados grupos de pessoas que lutaram por esses direitos. Atualmente existem garantias para as pessoas surdas no que se diz respeito à educação. Hoje se tem a segurança de um profissional intérprete de Libras dentro de sala de aula, bem como a formação docente para surdos, o Atendimento Educacional Especial (AEE), em contraturno, além da indispensabilidade da inserção da disciplina de Libras para todos, independente de serem surdos ou não.

Uma das maiores garantias dispostas no texto legal - Lei nº 10.436/02 - (BRASIL, 2002) é sobre o ensino da Língua Portuguesa como L2⁵ para surdos. O entendimento de que o ensino da Língua Portuguesa precisa ser ministrado como L2 e está ligado aos estudos cognitivos e linguísticos de surdos, visto que as pessoas surdas, na maioria dos casos, tendem a possuir percepções visuais mais marcantes, favorecendo o conhecimento de linguagem dita como ocupante de canal espaço manual.

Isso mostra o olhar mais acolhedor e igualitário das políticas públicas. Isso acontece, porque passou-se a considerar como bilíngue o surdo que é detentor de Libras como sua primeira língua e mais tarde, como segunda língua, aprende a Língua Portuguesa. Nesse sentido, para que o aluno surdo consiga alcançar o *status* de bilíngue é preciso que as escolas já ofereçam esse método de ensino pedagógico.

⁵Uma segunda língua (**L2**) é qualquer língua aprendida após a primeira língua ou língua materna (L1). Não é necessariamente uma língua que está sendo numerada na ordem em que se é adquirida - o termo "segunda" está **para o que** é distinto da língua materna.

A visão “melhorada” tende a acontecer por causa da compensação neurológica à perda auditiva, ou seja, é a chamada plasticidade cerebral, que se trata da possibilidade de adaptação do sistema nervoso, frente a qualquer peculiaridade cerebral. Assim, denota-se que o aluno surdo tem maior competência linguística para as línguas de sinais, entretanto, essa competência só progride quando a criança surda é colocada em ambiente linguístico compatível com sua dificuldade ou impedimento sensorial (PACHECO, 2007).

No Brasil, as normativas que regulam a educação de surdos são: Lei n. 10.436, de 24.04.2002, que regulamenta e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; Art. 18 de Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

No entanto, é a Lei nº 10. 436 que trouxe em seu texto legal o reconhecimento da língua brasileira de sinais como língua oficial dos surdos, mesmo que esta modalidade não faça substituição da Língua Portuguesa escrita. Explica ainda, que o Poder Público tem como responsabilidade a garantia de apoio necessário para utilização e difusão de Libras.

No ano de 2021, o Brasil ganhou mais uma evolução para a inclusão de surdos. O presidente Jair Bolsonaro trouxe a Lei nº 14.191/2021, inserindo a educação bilíngue de surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, como modalidade de ensino independente, sendo que esta era antes incluída na educação especial. Portanto, educação bilíngue é a que tem Libras como primeira língua e Língua Portuguesa escrita como segunda.

2.1.2 A Escola e a Educação de Surdos

É nítido que a educação inclusiva já tem percorrido um caminho significativo. No entanto, convém salientar que este caminho não é suficiente se alunos com necessidades educacionais especiais forem apenas inseridos na escola comum. Eles devem participar efetivamente da vida escolar e social da escola. Sendo assim, argumenta-se que não há nada melhor que a convivência e a aprendizagem em grupo para favorecer o aprendizado de todos.

A educação inclusiva é direcionada à questão de Direitos Humanos que garante que nenhuma pessoa deve ser isolada por causa de sua deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Nessa perspectiva, a educação inclusiva visa aumentar a participação de todos os alunos no currículo escolar, reduzindo assim a exclusão educacional e social (DAMÁZIO *et al.*, 2010).

A escola tem a função social de gerenciar e formar os alunos e por este motivo, reveste-se de conhecimentos cujos valores são éticos e políticos. Ela necessita ter um compromisso com as mudanças sociais, aprimorando o relacionamento entre todos os envolvidos com o ensino-aprendizagem. Porém, seu comprometimento maior está em ensinar o alunado a dividir o saber, a trocar pontos de vista, a discutir, respeitando a relação destes com os bens culturais que os envolvem (DAMÁZIO, *et al.*, 2010).

Em se tratando de alunos surdos algumas necessidades são ainda maiores, pois é preciso que o professor tenha conhecimento amplo de metodologia de comunicação para com esses estudantes, visto que em muitos casos, a maioria dos alunos surdos, também são mudos.

Para a Secretaria de Educação Especial (SEE): “A escola comum tem o compromisso primordial e insubstituível de introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo o ser humano, incondicionalmente tem direito a essa introdução” (2006, p. 8). E ainda, segundo a SEE, a educação inclusiva deduz a formação docente e a organização do espaço escolar a fim de garantir a todos o acesso à educação, com programas que promovam o debate e impulsionem a mudança necessária no sistema educacional..

A escola regular precisa estabelecer a estrutura básica para poder educar de forma satisfatória a diversidade de alunos; colaborando, assim, com a eliminação da grande desigualdade e injustiça social. Essa é uma forma de garantir que todos os alunos sejam cidadãos de direito nas escolas regulares, sejam também bem aceitos e que façam parte da vida da comunidade escolar na qual esteja inserido. Nesse contexto, a inclusão visa alcançar as diversas situações que levam à exclusão social e também educativa que muitos alunos enfrentam, ressaltando que essa exclusão não é uma realidade somente daqueles com necessidades educacionais especiais, mas, todos os alunos da escola (CAVALCANTE, SANTOS, 2020).

O compromisso educacional da escola regular, diante da inclusão do aluno surdo, é o de pensar na heterogeneidade dos educandos como algo normal do grupo, algo que independe de alguma deficiência congênita, pois cada criança apresenta um ritmo diferente de aprendizado e cabe ao professor utilizar os diferentes instrumentos e recursos a fim de beneficiar o desenvolvimento de todos os alunos, ou seja, desenvolver uma aprendizagem significativa centrada no aluno.

A Educação Inclusiva é uma prática em construção. Porém, as experiências vivenciadas nesse momento de adaptação e mudanças servirão para abrir possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de alunos surdos, ultrapassando a barreira meramente da convivência e do respeito mútuos (WITKOSKI, 2017).

2.1.3 A Família e a Educação de Crianças Surdas

Busca-se refletir sobre a questão central no processo de ensino-aprendizagem, o qual tem como princípio relevante a parceria na relação família e escola, buscando assim, desenvolver um melhor acompanhamento do educando. Dessa forma, considera-se um desafio por excelência da formação dos educandos, o qual deve abranger as dimensões a respeito da família/escola no processo de ensino aprendizagem de alunos surdos, enfatizando a necessidade da relação afetiva entre pais e filhos, professores e alunos e a utilização de métodos dinâmicos, ou seja, estimulação de criatividade, enxergando, assim a relevância dessa parceria para o aluno surdo (WITKOSKI, 2017).

A função da família abrange construir parceria com a escola e professor para que o ato de educar seja constituído com a finalidade de ampliar a qualidade de ensino e o comprometimento dessas instituições com a educação das crianças com impedimento auditivo, utilizando-se gestos e língua de sinais para que seja possível a absorção de conhecimentos.

Por muito tempo considerou-se que a família era insuficiente na tarefa de educar e formar o sujeito. Os saberes diversos e específicos necessários à formação das novas gerações que parecia de um espaço próprio dedicado à apresentação e sistematização do conhecimento diferente para surdos deveria ter início dentro da própria casa, mas era a escola quem dava o maior apoio educacional.

A instituição escola constituiu-se aos poucos em função da necessidade de uma sociedade cada vez mais urbana e industrializada, que busca na escola, primeiro espaço de formação intelectual, física e moral, onde se tem o primeiro contato com o trabalho de Libras mediado pelo professor que sistematiza atividades educacionais a fim de que o aluno surdo aprenda de forma prazerosa e tranquila (CAVALCANTE, SANTOS, 2020).

Aos poucos a família assume o papel de acompanhar a transmissão dos valores éticos e humanitários, uma vez que se torna o primeiro contato da criança com a sociedade, sendo assim a primeira responsável pela formação para a vida adulta, a construção do ser, preparando para atuar com liberdade, mas sem perder o foco nas responsabilidades (WITKOSKI, 2017).

É fundamental que a família se adapte a essa nova realidade do lugar que é a concretização da L2 em sala de aula, percebendo quais são seus verdadeiros papéis no desenvolvimento e formação das crianças, visto que a criança quando tem seus primeiros contatos com a escrita ainda está um pouco perdida e nessa fase de adaptação o acompanhamento em casa é essencial.

Acontece que a utilização do método bilíngue, por exemplo, dá a oportunidade de conhecimento de forma não taxativa, onde o aluno surdo, de fato, adquire conhecimentos sem mesmo perceber que isto acontece, assim, torna-se mais fácil inclusive a expressão de sentimentos, que, muitas vezes, é ofuscada.

A família como componente de todas as sociedades e primeiro ambiente de socialização da criança, atua como a primeira mediadora, entre o homem e a cultura e constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo. Assim, a família “é a matriz da aprendizagem”. Entretanto, é importante ressaltar que a escola é essencial para o desenvolvimento mais centralizado da criança, uma vez que através da pedagogia a criança aprende a estimular e fazer melhor uso da imaginação e criatividade (WITKOSKI, 2017).

2.2 A Capacitação Dos Profissionais Para o Trabalho Com Surdos

2.2.1 Formação dos professores e vida profissional

A escola deve ser um local no qual qualquer aluno se sinta bem acolhido e não encontre dificuldades de convivência. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei n. 8.069/90, em seu artigo 53, inciso I, prevê “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Assim também está previsto na Resolução CNE/CEB nº 2 de 09/2001 “que cabe à escola organizar-se para o atendimento de alunos, com uma educação de qualidade para todos”.

Vê-se que, além do espaço físico, a escola deve trabalhar com os meios que possibilitem o acesso à informação e às tecnologias compatíveis alunos surdos. O professor é o maior responsável pelo contato direto com os acadêmicos, o que faz dele o principal foco de preparação para recebimento e conseqüente acolhimento do discente. Atualmente, há diversos programas voltados a auxiliar os alunos com surdez, e graças a esses *softwares* é possível inseri-los no contexto educacional, diminuindo a barreira do acesso amplo às mais diversas maneiras de aprender (PACHECO, 2007).

Além da dificuldade/deficiência apresentada pelo aluno, o professor deve se preocupar com a forma de comunicação que é mais acessível a cada aluno, respeitando a especificidade de cada educando. Por exemplo, talvez a criança ainda encontre grande dificuldade com os sinais, por isso é necessário que o orientador tenha paciência ao ensinar. O aluno deve ter acessibilidade aos materiais pedagógicos e tecnológicos, bem como aos espaços arquitetônicos da escola, assegurando a participação do mesmo nas diferentes atividades desenvolvidas.

Cabe à escola se reconstruir para atender a todos e não ao aluno se adaptar a mesma tal qual como foi projetada. Faz-se necessária a evolução dos profissionais, dos recursos utilizados, dos currículos e em especial da atitude do docente para ser refletida a concepção de desenho universal, que promove a acessibilidade do maior número de pessoas possíveis (PACHECO, 2007, p. 52).

Em suma, o professor deve estar preparado pedagogicamente para atender às necessidades de todo alunado. Ele deve também, contar com uma equipe de gestão que esteja engajada na busca de alternativas e recursos que contemplem as metas desejadas pela educação para surdos.

Conforme o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial a escola deve estimular o aluno a ir além do que já sabe, ensinando-o a superar o senso comum, tornando-o apto a distinguir o que estuda do que já possui de conhecimento prévio. MEC/SEESP (2006, p. 8) destaca que:

Na escola a construção do conhecimento é predefinida, intencional e deliberada. Tanto o aluno quanto o professor têm objetivos escolares explícitos que precisam ser alcançados. Eles perseguem metas e ações, num dado período de tempo – o ano letivo, o espaço de um planejamento, de uma aula, enfim, um período que será preenchido de ações propositalmente sistematizadas para o fim a que se propõem. Quando pensamos a escola regular e o ensino, nos vem em mente a logística até então empregada, horários determinadas, marcando a entrada e a saída da sala de aula, professor e aluno com seus papéis definidos, a partir dos códigos, até então invisíveis, porém seguidos à risca por todos. Cada sujeito tem funções bem delimitadas e marcam os espaços nesse contexto. A chegada, por exemplo, de um **aluno com necessidades especiais, ou um aluno surdo por exemplo, quebra toda essa logística**, uma vez que a comunidade escola deve adaptar-se para receber o mesmo. Porém, o que se observa é que pouco ou quase nada vem sendo feito para isso aconteça de fato. As ações desempenhadas e executadas na escola, sempre são direcionadas para os ditos normais. Não se prioriza os sujeitos como um todo, mas sim os resultados destes a partir daquilo que se propõe, quer seja nas avaliações, ou nos resultados destas. O aluno ideal, e excelente do processo, é aquele que não dá e não gera trabalho, é dócil diante das atividades executadas e tem comportamento inerte frente as ações desempenhadas. **MEC/SEESP (2006, P. 8)**

Esclarece Fonte (2005) que a escola tem a função social de gerenciar e formar os alunos. Reveste-se de conhecimentos cujos valores são éticos e políticos. Ela necessita ter um compromisso com as mudanças sociais, aprimorando o relacionamento entre todos os envolvidos com o ensino-aprendizagem. Porém, seu comprometimento maior está em ensinar o alunado a dividir o saber, a trocar pontos de vista, a discutir, respeitando a relação destes com os bens culturais que os envolvem.

De acordo com o MEC, a formação de professores para atuarem com alunos surdos pode estar vinculada à cursos de libras para professores, cursos de língua portuguesa para surdos, e/ou cursos de interpretação de libras/português. A capacitação desses profissionais

deve ir além do simples professor de sala de aula, visto que ele vai precisar compreender as dificuldades encontradas por pessoas que não conseguem ouvir a fala dele, por essa razão a língua de sinais se torna tão importante, pois não há como haver comunicação se existir uma língua em comum entre professor e aluno.

Espera-se, assim, que o professor que entra na sala de aula para lidar com um aluno surdo que seja, tenha um mínimo de noção de Libras, para conseguir estabelecer comunicação com o aluno surdo, e mais que isso, dispor tempo e paciência para ensiná-lo.

2.2.2 Intérprete de libras com o professor

A Lei 5.626/2005 determina a inclusão do aluno surdo no ensino regular, sendo que para que essa realidade se efetive com a obtenção de resultados positivos, faz-se necessária a presença de alguns requisitos facilitadores do processo de ensino desses alunos. Um dos requisitos principais é participação contínua em sala de aula de um intérprete de Libras, para que seja facilitada a comunicação entre professor e aluno, da língua falada para a língua de sinais ou ao contrário

A mediação é o papel do intérprete entre o aluno surdo com colegas de sala e professor, o que vai aumentar gradativamente a interação entre eles. Nos casos em que não há a presença do intérprete em sala de aula, junto ao professor, a comunicação muitas vezes é bloqueada, visto que não existe o domínio de linguagem em comum entre o aluno surdo, professor e colegas. Alguns sinais podem ser feitos e fazer com que se efetive uma comunicação que partindo desta premissa, terá um ponto de limitação sem a ajuda e acompanhamento do intérprete de Libras.

Atualmente a educação é a área que exige do **profissional de Libras**, logo enxerga-se a necessidade de investimento para atendimento das demandas. Nesse sentido, a formação do Tradutor e Intérprete de Libras, de acordo com o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (2005) exige:

Capítulo V - Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa.

Art. 18. (...) a formação de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I – cursos de educação profissional; II – cursos de extensão universitária; e III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado (...)

No mesmo contexto, entende como função do intérprete (BRASIL, 2005, p. 28):

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

Com a aparição de dificuldades frente ao trabalho desse profissional, foi criado o Código de Ética, para proteger situações, conforme dito por Lacerda (2006, p. 164): “Ser o professor a figura que tem autoridade absoluta em sala de aula, a existência do dever de o intérprete se manter neutro, garantindo o direito dos alunos de manter informações confidenciais, dentre outras especificações”.

O professor quando tiver em sua sala de aula a presença de um intérprete precisa manter comunicação direta com ele. Ocorre que quando planejada uma aula, por exemplo, esta deve ser anteriormente repassada para o intérprete que deve prevenir-se para auxiliar o aluno surdo em sala de aula.

Nota-se, assim, que a **relação entre professor e intérprete** é muito mais que uma simples adaptação dentro de sala de aula, logo que, o **intérprete não poderá chegar desprevenido sobre o conteúdo** que será repassado em sala de aula. O **PROFISSIONAL DE LIBRAS E O PROFESSOR**, são formados cada um, na área do outro? Como promover esta interação na teoria-teórica?

2.3 O Aluno Surdo e o Processo Educativo

2.3.1 A inclusão do aluno surdo no ensino regular

Considera-se que o professor ainda tem entendimento reduzido sobre a educação do aluno surdo. Mesmo que anteriormente fosse aplicada a necessidade de formação contínua do professor, da essencialidade do conhecimento da língua de sinais, bem como auxílio direto de intérprete nesta língua, o que tem acontecido na prática tem sido um pouco diferente.

A utilização da língua de sinais não faz com que o professor tenha que deixar de conhecer e compreender os diversos processos em que um aluno surdo faz uso para conseguir ler e escrever uma língua que não tem domínio. A visão de aluno incapaz de aprender deve ser

levada em consideração quando o orientador não busca informações sobre o assunto (CAVALCANTE, SANTOS, 2020).

Na realidade, para que a inclusão do aluno surdo realmente ocorra é preciso que todas as pessoas envolvidas nesse processo de aprendizagem façam certo esforço, para que sejam deixados de lado modelos pré-determinados, buscando enxergar a importância do aluno ter suas próprias elaborações, compartilhar suas dúvidas, descobertas e mais ainda, suas decisões.

O fato da inclusão do aluno surdo no ensino regular tem um significado muito maior do que de só criar vagas ou proporcionar recursos materiais, é preciso que haja na escola e na sociedade em que o aluno está inserido, o poder de inclusão, para que seja assegurada igualdade de oportunidades, com ajuda de professores que tem compromisso com a educação de todo e qualquer aluno.

Guarinello *et al.*, (2006) realizou pesquisa para que fosse possível evidenciar quais são as principais dificuldades encontradas pelos professores de ensino regular de escolas públicas, quanto ao processo de ensino aprendizagem: “Ora relacionam-se aos professores (em sua falta de conhecimento de estratégias para a surdez, dificuldade de interação, conhecimento da LIBRAS), ora aos surdos (surdez, dificuldade de compreensão)”.

Guarinello *et al.*, (2006) relatou que:

Um outro ponto interessante é que as dificuldades dos surdos continuam a ser citadas em comparação com a escrita do ouvinte (problemas de interpretação, de elaboração, de ortografia). A história subjetiva é, assim, desconsiderada, como se a entrada desse sujeito na *linguagem escrita* acontecesse da mesma forma que a do ouvinte. E ainda, como se todos os alunos adquirissem escrita da mesma forma. Sabe-se que na surdez há uma heterogeneidade linguística: surdos que falam, surdos que usam língua de sinais, surdos que misturam as duas línguas. Ou seja, os alunos não aprendem da mesma forma, quer sejam ouvintes, quer sejam surdos. A heterogeneidade dos sujeitos sequer tem sido considerada na escola com relação aos ouvintes, quanto mais com relação aos surdos. Muitas vezes, os professores referem suas dificuldades e concebem o surdo e a surdez como um bloco coeso, um universo de pessoas com perda auditiva. Compreender essa heterogeneidade é o primeiro passo para uma inclusão mais efetiva e a diminuição da segregação em sala de aula não só dos surdos, mas de qualquer aluno que tenha alguma dificuldade na apropriação da linguagem escrita.

Guarinello *et al.*, (2006) acabou por concluir que a falta de preparo dos professores tem influência direta com a dificuldade de interação com os alunos surdos. Explica-se que o aluno surdo tem a dificuldade para interagir exatamente pelo fato de não terem uma língua em comum com o professor e colegas, sendo que, uma das causas que foram citadas como dificuldade pelos professores, ora sujeitos da pesquisa foram o desinteresse e apatia.

O aluno surdo para estar inserido efetivamente em uma comunidade deve ter auxílio desde a família até o professor. Quando se pensa nessa temática, é preciso analisar que o

primeiro contato de qualquer criança é com a família. Ela é quem inicia seu processo de crescimento e deve estar presente de forma a facilitar a inserção do aluno na comunidade. Em seguida, quando a criança fica maior, passa a frequentar a escola que deve ser parte do trabalho de ensino-aprendizagem do aluno.

Mais tarde, o professor é quem aparece, mantendo relação direta e continuada com o aluno surdo, por isso, o professor utiliza da língua de sinais para estabelecer comunicação, podendo inclusive, sempre que possível, ter o auxílio em um intérprete de libras dentro de sala para facilitar a comunicação, não só com o professor, mas também com os colegas de classe, considerando que a socialização é parte fundamental do desenvolvimento do aluno surdo.

2.3.2 A função das Libras dentro de sala de aula

Como já se sabe a comunicação é fator indispensável para as pessoas, logo quando se tem alunos surdos em sala de aula a língua de Libras é extremamente importante no processo de inclusão. Na verdade é por meio dela que torna possível a comunicação entre o aluno surdo, o professor e seus colegas de classe. Quando o próprio orientador já mantém o entendimento dessa linguagem a comunicação se torna muito mais fácil de existir (GESSER, 2009).

Há também os chamados intérpretes de Libras, ou seja, intérpretes da língua de sinais, eles têm a função de auxiliar no processo de comunicação em sala de aula com os colegas ouvintes. Os profissionais de interpretação surgiram em razão da necessidade de facilitação para manutenção da comunicação dentro de sala. Anteriormente inclusive, a atuação era informal, onde membros ou até os próprios pais da família colocavam em prática esse papel.

Mais tarde, a Língua Brasileira de Sinais precisaria ser oficializada surgindo a necessidade da formalização do trabalho do intérprete. Já nos dias atuais há leis de regulamentação da profissão, além de determinarem a formação desse profissional. A Lei n.º 12.319 de 01 de setembro de 2010 traz normativas a serem seguidas quanto à profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, também conhecida como Libras.

De acordo com SEESP/MEC (2006, p. 99):

Por isso, se a escola optar por uma proposta de educação que valorize a língua de sinais e o contato com os pares surdos, a identidade da criança será mais fortalecida. É através desses modelos que se oportunizarão futuras representações sociais e a interiorizarão de significados da cultura, que serão compartilhados socialmente em todos os momentos de sua vida. Também, em sala de aula, a interação deverá estar estruturada de modo a estimular o intercâmbio e a valorização das ideias, o respeito por pontos de vista contraditórios e a valorização da pluralidade e da diferença. A aprendizagem escolar será muito mais significativa se pautada em ações de conhecer e não na mera transmissão onipotente de conhecimentos. Um ambiente desafiador, que estimule a troca de opiniões e a construção do conhecimento entre os alunos,

favorece a função do professor mediador e o desenvolvimento de objetivos de autoestima positiva, segurança, confiança e bem-estar pessoal.

Percebe-se, portanto, que a língua de sinais é extremamente importante para o estabelecimento da comunicação dentro de sala de aula com o aluno surdo, pois é por meio dela que o aluno consegue entender o que o professor que repassar a ele de conhecimento, se tornando as libras parte indispensável para que o processo de aprendizagem flua de forma eficaz e o processo de inclusão se torne ainda mais efetivo.

2.3.3 Adaptações dinâmicas e funcionais no ambiente escolar

A escola deve ser um local no qual qualquer criança se sinta bem acolhida e não encontre dificuldades de locomoção e acesso aos diversos ambientes. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei n. 8069/90, em seu artigo 53, inciso I, prevê “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Assim também está previsto na Resolução CNE/CEB n. 2 de 09/2001 “que cabe às escolas organizar-se para o atendimento desses alunos, com uma educação de qualidade para todos”.

Nota-se que o termo educação inclusiva é consideravelmente recente, ganhando força com a Declaração de Salamanca de 1994. Juntamente com ele, surgiu o termo ‘acessibilidade’. Sobre esta, destaca a Secretaria de Educação Especial que “é muito importante lembrar que o termo acessibilidade diz respeito não apenas à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também ao acesso à rede de informações, de comunicação, equipamentos e programas adequados” (MEC, SEESP, 2006, p. 26).

Vê-se que, além do espaço físico, a escola deve trabalhar com os meios que possibilitem o acesso à informação e às tecnologias compatíveis com os mais diferentes tipos de crianças. Atualmente, há diversos programas voltados a auxiliar os alunos com necessidades especiais, e graças a esses *softwares* é possível inseri-los no contexto educacional, diminuindo a barreira do acesso amplo às mais diversas maneiras de aprender.

Além da dificuldade/deficiência apresentada pelo aluno, a escola deve se preocupar com os espaços e ambientes que devem ser acessíveis e respeitem à especificidade de cada educando. O aluno deve ter acessibilidade aos materiais pedagógicos e tecnológicos, bem como aos espaços arquitetônicos da escola, assegurando a participação dos diversos alunos nas diferentes atividades desenvolvidas. Cabe à escola se reconstruir para atender a todos e não ao aluno se adaptar a mesma tal qual como foi projetada. Faz-se necessária a mudança dos espaços físicos, dos recursos utilizados, dos currículos e em especial da atitude de todos para que

reflitam sobre a concepção de desenho universal, que promove a acessibilidade do maior número de pessoas possíveis (PACHECO, 2007, p. 52).

Em suma, a escola deve estar preparada arquitetônica e pedagogicamente para atender às necessidades de todo alunado. Ela deve, também, contar com uma equipe de gestão que esteja engajada na busca de alternativas e recursos que contemplem as metas desejadas pela educação inclusiva, como no caso específico do aluno surdo, o profissional de interpretação de Libras para ajudar o aluno surdo em momentos corriqueiros em que precisa manter comunicação com professor e colegas.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas aprofundadas sobre inclusão de alunos surdos em sala de aula, tendo como fundamentação a inserção do conhecimento sobre políticas de educação para surdos, colocando-se em prática as pesquisas: exploratória e bibliográfica, ou seja, o efetivo de levantamento de informações que tendem a aumentar a familiarização do tema, e assim progredir com a constante formulação de hipóteses precisas, com inserção de métodos decisivos.

No mesmo sentido, a ideia da pesquisa qualitativa traz conhecimentos a respeito do assunto com a integralização de materiais diversos que já tenham sido publicados para colocar em discussão os diferentes posicionamentos e dados que garantem o bom desenvolvimento do estudo. A respeito disto Godoy (1995, p. 23) afirma:

Diferentemente do método quantitativo, a pesquisa qualitativa não pode ser feita com o uso de instrumentos estruturados, por exemplo questionários. Utiliza-se roteiros que guiam a entrevista a ser realizada. O foco é compreender como o consumidor se comporta, ao invés de “medir”. As informações coletadas procuram não só mensurar um tema, mas sim descrevê-lo, valendo-se de impressões, pontos de vista e opiniões dos respondentes. Em comparação ao método quantitativo, ela é menos estruturada, se aprofunda mais nas questões propostas, para assim, conseguir o maior número de dados para entender as atitudes, ideias e motivações de um grupo específico.

Passa-se a descrever conceitos e definições, incluindo também exemplos, de modo a discorrer sobre o assunto, clareando pressupostos e títulos relacionados a recursos contratados e livres que facilitem a introdução ao conhecimento desta área. Vale ressaltar, que não é utilizada metodologia experiencial, uma vez que a proposta do trabalho não é relatar situações ocorridas, pautando-se apenas nos conhecimentos da pesquisa em desenvolvimento.

Foram realizadas pesquisas sobre posicionamentos de doutrinadores diversificados que analisam a educação de surdos desde alguns anos até o cenário atual. A ideia é comparar

as opiniões para denotar a considerada majoritária e o porquê de tais qualificações, facilitando uma revisão integrativa.

Foram buscados artigos que melhor se identificavam com o foco do presente trabalho. Em seguida, foram excluídos aqueles não estavam dentro do padrão almejado e que tivessem fuga do tema de alguma forma. Logo, os demais arquivos selecionados foram utilizados para composição de conteúdo do presente trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em suma, é notável os grandes desafios enfrentados pela inclusão do aluno surdo no ensino regular, pois há escolas que não conseguiram se adequar para receber esses alunos por falta clara de recursos humanos (profissionais especializados para atender a demanda). Porém, não se pode negar que, embora ainda haja dificuldades, houve um grande avanço em várias instituições de ensino para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Os professores buscam novos modelos e novas formas de ensinar, para que seja possível a inclusão de todos os educandos no ensino regular. Os alunos surdos, quando são inseridos junto com os demais alunos sem deficiência, melhoram sua autonomia e independência, se sentem acolhidos, amparados e com isso conseguem melhorar a autoestima.

Ao professor compete desenvolver seu trabalho voltando-se para o direito da igualdade e da oportunidade de todos os alunos, fazendo com que o modo de educar seja plural, diversificado, oferecendo o que tem de mais acertado para atender as necessidades e especificidade de cada um. Possibilitando o crescimento interpessoal e promovendo a possibilidade para que cada educando seja autor do seu conhecimento, assim, poderá adquirir novas funções cognitivas para utilizar na sua trajetória escolar.

É evidente que a escola inclusiva requer mudanças nas políticas educacionais e também na execução de projetos educacionais que não excluam e sim que sejam empregados no sentido inclusivo. Através da pesquisa realizada, foi possível verificar que ao ser escolarizado com alunos surdos, o aluno sem deficiência também recebe consequências positivas, pois aprende a respeitar as diferenças, aprende a auxiliar o outro e aprende ao ensinar. A troca de experiências é positiva para ambos os lados e vai além do ambiente escolar, ao se deparar com as diferenças em outros locais, a criança já tem o instinto de ajuda, de auxílio e de cooperação.

O ordenamento jurídico brasileiro garante o acesso e permanência do aluno com necessidade educacional especial na escola regular, contudo ainda as opções são ainda limitadas e alguns serviços são realizados em locais onde segregam os alunos. Sendo assim, muito há que

ser feito para que todos educandos, surdos ou não, tenham acesso a uma educação de alta qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a inserção do aluno surdo no ensino regular. A princípio foi necessário entender quais são as políticas de educação sobre alunos surdos. Em seguida, foi preciso destrinchar qual o papel da escola na educação dos alunos surdos, bem como a parceria deste trabalho com a família diária.

Muitas vezes o fato de haver convivência diária com a família faz com que esta conheça mais as dificuldades do aluno surdo. Anteriormente, alguns membros da família até se colocaram no papel de intérprete, mas isso acabou quando a língua brasileira de sinais precisou ser oficializada.

A função do intérprete se tornou cada vez mais importante para haver comunicação facilitada dentro de sala de aula. O professor enquanto orientador e compositor de contato direto com a criança deve ter atualização contínua de seu trabalho pois os métodos mudam a liberdade para com as libras também.

A escola tem a função social de gerenciar e formar os alunos. Reveste-se de conhecimentos cujos valores são éticos e políticos. Ela necessita ter um compromisso com as mudanças sociais, aprimorando o relacionamento entre todos os envolvidos com o ensino-aprendizagem. Porém, seu comprometimento maior está em ensinar o alunado a dividir o saber, a trocar pontos de vista, a discutir, respeitando a relação destes com os bens culturais que os envolvem.

Para a Secretaria de Educação Especial (2006, p. 8): “A escola comum tem o compromisso primordial e insubstituível de introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo o ser humano, incondicionalmente tem direito a essa introdução”. A escola regular precisa estabelecer a estrutura básica para poder educar de forma satisfatória a diversidade de alunos, no caso de recepção de alunos surdos, a presença do intérprete tornou-se indispensável.

Essa é uma forma de garantir que todos os alunos sejam cidadãos de direito nas escolas regulares, bem aceitos e que façam parte da vida da comunidade escolar na qual esteja inserido. Verifica-se que, o compromisso educacional da escola comum diante da inclusão do aluno surdo é o de pensar na heterogeneidade entre os demais alunos como algo normal do grupo, algo que independe de alguma deficiência, pois cada criança apresenta um ritmo diferente de

aprendizado, cabe ao professor utilizar os diferentes instrumentos e recursos a fim de beneficiar o desenvolvimento de todos os alunos, ou seja, desenvolver uma aprendizagem significativa centrada no aluno.

Mediante o exposto, denota-se que o aluno surdo tem lutado para ter espaço dentro do ensino regular, para auxiliá-lo nesse processo, foram normativas regulamentadoras dos direitos dos alunos surdos no momento da educação.

6 REFERÊNCIAS

ANDREIS-WITKOSKI, S. A interface entre a família e o direito ao ensino bilíngue para sujeitos surdos: rompendo oposições binárias. **ETD – Revista de educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 3, jul./set. 2017.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo: Atlas, 1991.

BRASIL. **Decreto N. 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2005.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. 2. ed./coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

CAVALCANTE e SANTOS. **A inclusão do aluno com surdez no ensino regular: Contribuições do atendimento educacional especializado**. Artigo, 2020. Disponível em <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID5709_23092020102617.pdf>. Acesso em 28 de nov. De 2021.

DAMÁZIO, Mirlene F. M., ALVES, Carla B. e FERREIRA, Josimário de P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

FONTE, Zélia. **A educação de surdos e a prática pedagógica**. 2005. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4722/1/arquivo5837_1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GURINELLO, BERBERIAN, SANTANA, MASSI e PAULA. **A inserção do aluno surdo no ensino regular:** visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/dB8RVDj7Ygj8RxDcPzzpGrM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental:** refletindo sobre limites e possibilidades. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

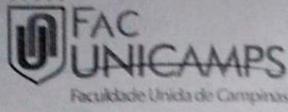
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno CEDES**, v. 26, n. 69, maio/ago. Campinas: 2006.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SENADO. **Nova lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB.** Agência Senado. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

ANEXOS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Laetícia Batista Mesquita RA 36943
 Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)
NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Inclusão dos raízes nas séries iniciais.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Israel Henrique dos Santos.

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

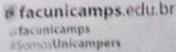
Curso: Pedagogia Modalidade afim _____

Laetícia Batista Mesquita
 Assinatura do representante do grupo

Israel
 Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 05 de dezembro de 2024

 [@facunicamps.edu.br](https://www.facunicamps.edu.br)
 @facunicamps
 #SomosUnicampers